



IV CINTEDI

EDIÇÃO DIGITAL

10, 11 E 12 DE NOVEMBRO DE 2021

ISSN: 2359-2915

EDUCAÇÃO FÍSICA ADAPTADA: ENTRE A SAÚDE COLETIVA E A INCLUSÃO EDUCACIONAL

Antônio Soares Junior da Silva ¹
Celia Teixeira de Souza ²
João Carlos Pereira Braga ³
Demóstenes Dantas Vieira ⁴

RESUMO

Este trabalho, de cunho bibliográfico e de análise documental, propõe analisar a origem da Educação Física Adaptada e sua relação com a Educação Inclusiva, levando em consideração a relação entre a Educação Física e a Saúde Coletiva. Por conseguinte, propõe traçar breve genealogia sobre a Educação Física Adaptada, identificando nos documentos legais as garantias e, quando possível, as orientações para o desenvolvimento de Educação Física Escolar destinada às pessoas com deficiência. Como aporte teórico, destacam-se as contribuições de Adams (1985), Mittler (2000), Dischinger e Machado (2006), Strapasson e Carniel (2007), Gorgatti e Costa (2005), Mazzotta (2003), Winnick (2004), Bastos, Peres e Ramires (2003), dentre outros. Os resultados apontam para a necessidade de (re)pensarmos a *práxis* pedagógica em torno da Educação Física Escolar, aproximando-a da discussão sobre inclusão educacional e da necessidade de inclusão da pessoa com deficiência nas aulas de Educação Física. Para tanto, é necessário amadurecermos as discussões sobre a Educação Física Adaptada e sobre todo o aparato instrumental, metodológico, atitudinal e formativo em torno da acessibilidade, de modo que a inclusão da pessoa com deficiência seja efetiva na disciplina de Educação Física.

Palavras-chave: Educação Física Adaptada, Inclusão Educacional, Saúde Coletiva.

¹ Doutorando em Ciências da Educação – Universidade de Coimbra - UC, antonio.silvajunior@ifpr.edu.br;

² Graduada em Pedagogia - UNIFRAN, celinhateixeira@hotmail.com;

³ Especialista em Gestão Educacional - FAAC, programador.joao@gmail.com;

⁴ Doutor em Linguística - UFPE- demostenes.vieira@ifrn.edu.br.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho propôs a investigação sobre a Educação Física Adaptada, Educação Inclusiva e sua relação com a saúde coletiva e/ou saúde pública. Para tanto, consideramos os avanços e os retrocessos da temática no Brasil contemporâneo. Vislumbrou-se ainda entender como os documentos oficiais materializam o direito à educação e o direito à saúde das pessoas com deficiência, para tanto, o nosso escopo de análise foi a Educação Física Escolar.

Em vista disso, nosso trabalho está dividido em duas etapas. Na primeira, produzimos uma pesquisa bibliográfica em que se destacam pesquisadores na área da Educação e Educação Física, tais como Adams (1985), Mittler (2000), Dischinger e Machado (2006), Strapasson e Carniel (2007), Gorgatti e Costa (2005), Mazzotta (2003), Winnick (2004), dentre outros. Além destes, destacam-se as contribuições de autores que se debruçaram em estudar a relação entre saúde coletiva e educação, principalmente, as contribuições de Bastos, Peres e Ramires (2003).

Na segunda, por sua vez, desenvolvemos uma Análise Documental, partindo de três documentos oficiais: a Constituição de 1988, A LDB nº 9294/1996 e o Decreto-Lei nº 1.044/1969. Embora esse tenha sido o nosso *corpus* de análise, também dialogamos com a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, denominada de Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.

Dentre tantas justificativas sobre o interesse pela presente temática, vale destacar as ações que culminam ou culminaram na perda de direitos da pessoa com deficiência no país nos últimos anos. No âmbito da educação brasileira destacamos diversos retrocessos. Percebe-se, à vista disso, incisiva relevância desta pesquisa no contexto educacional presente, face ao desmonte da Secretaria de Educação Continuada e Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) e a criação da subpasta denominada de modalidades especializadas.

A SECADI foi criada em 2004 como uma secretaria transversal às demais unidades do Ministério da Educação com o propósito de promover a articulação e convergência das agendas para garantir o direito de todos à educação, com qualidade e equidade. Esta secretaria desenvolvia ações e programas com o objetivo de implementar, junto aos sistemas de ensino, as Diretrizes Curriculares Nacionais normatizadas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) para temáticas e modalidades de educação estabelecidas em lei, como a Educação Especial, (SECADI – MEC, 2018).



Outro aspecto educacional relevante foi a atitude do presidente Jair Bolsonaro, que assinou o Decreto nº 10.502/2020, que na prática tenta acabar com a obrigatoriedade de que as escolas regulares matriculem alunos com deficiência. Essa e mais uma tentativa de retorno a um modelo excludente, segregador e marginal após anos de luta e avanços nas políticas nacionais para as pessoas com deficiência.

Dentre tantos avanços conquistados, este trabalho traz à baila a reflexão sobre a Educação Física para pessoas com deficiência, em especial, uma discussão sobre a Educação Física Adaptada, de modo que possamos garantir a inclusão da pessoa com deficiência, o direito à educação e à saúde, como previsto na nossa Constituição.

À vista disso, adotou-se como objetivo geral desta pesquisa analisar a origem da Educação Física Adaptada e sua relação com a Educação Inclusiva, levando em consideração a relação entre a Educação Física e a Saúde Coletiva. Nesse contexto, elencamos como objetivos específicos: discutir a importância da saúde pública e/ou saúde coletiva como promotora de qualidade de vida da pessoa com deficiência; traçar breve genealogia sobre a Educação Física Adaptada e sua relação com a Saúde Coletiva e direito à educação e identificar nos documentos legais as garantias e, quando possível, também identificar as orientações para o desenvolvimento de Educação Física Escolar destinada às pessoas com deficiência.

METODOLOGIA

Essa pesquisa caracterizou-se como uma pesquisa qualitativa, tendo em vista que se debruçou em analisar aspectos não mensuráveis quantitativamente acerca da saúde coletiva, educação e pessoa com deficiência. À vista disso, elencamos como problema de pesquisa analisar a origem da Educação Física Adaptada e sua relação com a Educação Inclusiva, levando em consideração a relação entre a Educação Física e a Saúde Coletiva. Quanto aos objetivos, nosso trabalho é de ordem descritiva e exploratória, tendo em vista que propôs não apenas a descrição histórica dos processos analisados, mas também buscou explorar o tema em fontes bibliográficas diversas

À vista disso, destacamos como métodos procedimentais a pesquisa bibliográfica e análise documental em que se destacam a Constituição de 1988 a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9394/1996 e o Decreto-Lei nº 1.044, de 21 de outubro de 1969. Além disso, dialogaremos com a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência);



A análise da temática refere-se às impressões sobre as seguintes questões norteadoras:

Como surgiu a Educação Física Adaptada? Qual a relação entre a Educação Física e a Saúde Coletiva? Como a legislação materializa a discussão sobre a Educação Física Escolar para pessoas com deficiência? Dessarte, este trabalho justifica-se pela necessidade constante de (re)pensarmos as práticas de ensino e Educação Física, levando em consideração o seu papel na orientação e promoção da saúde e, em especial, o seu lugar na discussão sobre uma educação pública, gratuita, universal e de qualidade para todos.

SAÚDE COLETIVA E EDUCAÇÃO: DO ESTÁGIO FAMILIAR AO ESTÁGIO SOCIAL

Tendo em vista as considerações iniciais já realizadas, este tópico propõe uma reflexão sobre a saúde como um dos direitos humanos indispensáveis à efetiva inserção social do indivíduo na sociedade. Para se pensar na saúde como direito humano, é necessário entendê-la como elemento estruturado e estruturante da vida social, visto que as sociedades humanas se organizam em grupos, de modo que a socialização e sociabilidade proporcionem o bem-estar coletivo e, por sua vez, individual.

São nesses aspectos que se enquadram a saúde pública, num processo de inclusão e socialização do conhecimento científico produzido pelo homem, seja numa perspectiva sociocultural ou mesmo no que se refere aos avanços acadêmico-científicos, que deveriam modificar e melhorar a vida das pessoas, como no caso dos avanços tecnológicos na área da saúde. Baseada no bem-estar social apresenta-se a saúde pública, como fator indispensável à inserção do cidadão nos grupos humanos.

Conhecer a realidade da população, o nível de escolaridade, as classes sociais e, por sua vez, as práticas em Educação Física, escolares e não-escolares, formais e não-formais, possibilita aos profissionais o desenvolvimento de uma *práxis* libertadora e inclusiva, tanto na educação como na saúde.

A questão fundamental sobre a saúde pública é a transformação. Mudanças nos hábitos sociais, processos educacionais formais e informais. Em toda a história da humanidade, a percepção sobre a saúde perpassa as práticas educacionais, científicas e, por sua vez, tecnológicas. A análise dos paradigmas doença-diagnóstico-tratamento, assim como da prevenção nos remete aos processos de formação cognitiva e produção do conhecimento. A ausência de conhecimento com relação aos problemas que acometem a saúde e as suas causas somadas à inexistência de recursos necessários para enfrentá-lo desencadearam, em muitos



momentos da história, um quadro epidêmico bastante grave (BASTOS, PERES E RAMIRES, 2003).

Mark Lalonde, ex-ministro da saúde e bem-estar social do Canadá, suscita uma reflexão bastante importante com relação à orientação preventiva. Segundo ele, “as principais causas de doença e de morte não são as características biológicas, mas o ambiente e o comportamento dos indivíduos, o seu estilo de vida” (BASTOS, PERES; RAMIRES, 2003, p. 20). Conforme escrevem Bastos, Peres e Ramos (2003), são necessárias políticas públicas direcionadas à educação em saúde, visto que a saúde de uma nação só pode melhorar quando se interfere no modo de vida da população. Nesse contexto, a Educação Física Escolar é de suma importância.

À vista disso, nos perguntamos como a Educação Física, em contexto escolar e não-escolar, tem contribuído para o processo de formação da pessoa com deficiência em termos de orientação, prevenção e promoção da saúde. Diante das considerações realizadas, vale ainda refletir sobre a base do “modelo sociológico” de saúde centrado na educação, conforme propõem Bastos, Peres e Ramires (2003). Esse modelo perpassa processos formativos diversos e diferentes estágios, a saber: estágio familiar, estágio escolar, estágio pessoal e estágio social.

Deste modo, a promoção da saúde deve levar em consideração métodos que possam se adequar a todos os estágios de maturação cognitiva, alcançando todas as pessoas, independentemente da idade, da etnia, crença, credo, orientação sexual ou pessoa com deficiência. Bastos, Peres e Ramires (2003) propõem quatro estágios de prevenção do indivíduo quanto à educação, proteção e promoção da saúde: estágio familiar, estágio escolar, estágio pessoal e estágio social.

O estágio familiar é aquele que considera a família como unidade básica da sociedade, responsável pelo preenchimento de hábitos e costumes que perpassam os aspectos culturais e cognitivos. Por conseguinte, é nesse estágio que o indivíduo adquire os aspectos comportamentais que o acompanharão durante o processo de educação formal. É certo que a família é um dos mais importantes Aparelhos Ideológicos do Estado - AIE, dessa forma o que é ensinado à criança, neste caso, informalmente, tornar-se-á fundamental para o processo de educação formal, em espaço escolar (BASTOS; PERES; RAMIRES, 2003).

A escola é o ambiente que compõe o segundo estágio de formação preventiva e de cuidado em saúde. Sendo parte integrante da sociedade, ela reflete os aspectos da família e ao mesmo tempo altera as relações e conhecimentos adquiridos no seio familiar. É certo que “a criança leva para o ambiente escolar toda sua experiência do meio que vive (pais, vizinhos, grupo com que brinca), em termos de atitudes, de crenças, de valores e de expectativas”



(BENEVIQUE E MEDEIROS *apud* BASTOS, PERES E RAMIRES, 2003). Nesse contexto, a escola assume o papel de direcionar a construção de certo grau de formação que a instituição familiar não pode proporcionar. Nesse estágio, gostaríamos de ressaltar o papel da Educação Física Escolar no que se refere às diferenças e as pessoas com deficiência.

Endossando essa perspectiva, Strapasson e Carniel (2007, p. 15) escrevem que o processo de ensino aprendizagem em Educação Física deve levar em consideração “as características dos alunos em todas as suas dimensões (cognitivas, corporais, afetiva, ética, estética, de relação interpessoal e inserção social)”. Em vista disso, a concepção de Educação Física Escolar se desloca, não podendo ser compreendida apenas como “simples exercícios de certas habilidades corporais e exercê-las com autonomia de maneira social e culturalmente significativa” (STRAPASSON; CARNIEL, 2007, p. 15).

Dando continuidade aos estágios propostos por Bastos, Peres e Ramires (2003), o estágio seguinte, denominado de estágio pessoal, compreende “o desenvolvimento da atitude preventiva consciente e intencional e, conseqüentemente, o início da valorização da própria saúde” (BASTOS; PERES; RAMIRES, 2003, p. 25). Acredita-se que o início desse estágio se dá com o surgimento da adolescência advindo, principalmente, da preocupação estética com a aparência e com o corpo.

O estágio social, por sua vez, é o mais complexo dos estágios, tendo em vista que é composto pelos demais, partindo do nível familiar e perpassando o nível escolar e pessoal. É a partir destes que o indivíduo adquire conhecimentos e formação necessários para reconhecer socialmente os recursos humanos e materiais necessários para preservar o “equilíbrio do seu bem-estar físico, mental e social” (BASTOS, PERES E RAMIRES, 2003, p. 28). Esse último estágio tem importância na formação e atuação do indivíduo na sociedade, que vai desde a prevenção da saúde individual e coletiva, assim como a construção de competências necessárias à plena cidadania.

EDUCAÇÃO FÍSICA E PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Durante o decorrer da história, foram registradas diversas formas de estigma, marginalização e exclusão da pessoa com deficiência. Segundo escreve Mittler (2000), na Idade Antiga as pessoas com deficiência eram consideradas seres incapazes, na maioria das vezes eram entregues à própria sorte, jogadas no mar ou de despenhadeiros. Na Idade Média, principalmnete, no Ocidente, as deficiências eram consideradas frutos de maldição, bruxaria, castigo divino, feitiço ou mesmo consequência dos pecados dos país Mittler (2000). Somente



no final da idade média, século XV que a pessoa com deficiência começa a ser pensada a partir de outras perspectivas, recebendo influência de pesquisadores e mesmo do desenvolvimento do saber científico que se consolidará na Idade Moderna.

Com relação à Educação Física, a origem de pessoas com deficiência na participação de jogos e práticas de exercício físico nos remonta ao Oriente, principalmente, na China, em iniciativas que foram denominadas de Ginástica Médica, há aproximadamente três mil anos a.C, conforme escrevem Gorgatti e Costa (2005). Por outro lado, foi durante a Primeira Guerra Mundial que exercícios terapêuticos começaram a ser desenvolvidos nas pessoas com deficiência, embora seja evidente que tais atividades, ditas “recreativas” objetivavam a restauração de funções ditas “normais” (ADAMS, 1985). Vale salientar que durante a Segunda Guerra Mundial todos aqueles que não se enquadravam no ideal de normalidade nazista foram perseguidos e assassinados, tais como judeus, ciganos, homossexuais e pessoas com deficiência (ADAMS, 1985).

Adams (1985) escreve que após a Segunda Guerra Mundial se intensificaram as práticas de reabilitação da pessoa com deficiência através de uso terapêutico de treinamento físico, mais uma vez retomando a discussão sobre a reabilitação e patologização da pessoa com deficiência. Nesse período, surgiram vários centros especializados no desenvolvimento de força e reabilitação muscular, com objetivos de recuperação de doenças, de traumatismos, de sequelas operacionais, realização de operações, etc. (ADAMS, 1985). Por outro lado, nesse mesmo período tornaram-se mais populares os jogos e esportes adaptados para aqueles que haviam sido amputados, para pessoas paraplegicas e tantas outras pessoas com deficiência (ADAMS, 1985).

Por sua vez, no final do século XIX, aproximadamente até as três primeiras décadas do século XX, os treinamentos físicos passaram a ser realizados como orientação médica, voltada ao esporte, principalmente, com relação ao desenvolvimento da criança (MAZZOTTA, 2003). Por conseguinte, aqueles que por quaisquer motivos eram considerados como deficientes não podiam usufruir da Educação Física porque eram considerados incapazes de realização de atividades esportivas, evidentemente, não adaptadas às realidades pessoais (MAZZOTTA, 2003).

Conforme pode-se perceber, as atividades físicas destinadas às pessoas com deficiência iniciaram sob uma perspectiva patológica e terapêutica. Sobre esse trajeto, vale destacar alguns aspectos: o primeiro refere-se à Educação Física para pessoas com deficiência numa perspectiva terapêutica e patológica; o segundo refere-se à relação que foi estabelecida entre a saúde da população e o treinamento físico; o terceiro diz respeito ao surgimento de jogos adaptados e, por assim dizer, de uma Educação Física adaptada que com o decorrer dos anos se aperfeiçoaria



no entendimento das diferenças inerentes à pessoa com deficiência e a saúde coletiva na perspectiva do respeito às diferenças.

Segundo escreve Winnick (2004), após a década de 1950 e o desenvolvimento de políticas de inclusão e educação especial no ocidente, assim como com o amadurecimento das discussões sobre os direitos humanos, era cada vez mais comum a presença de alunos com deficiência nas escolas públicas, embora a maioria deles eram dispensados da disciplina de Educação Física, evidentemente, a partir de laudos médicos.

À medida em que as discussões sobre a Educação Especial iam crescendo no Brasil, também se desenvolvia uma discussão sobre Educação Física para pessoas com deficiência e sobre a Educação Física Adaptada. Vale salientar, entretanto, que essa discussão é muito recente e pouco tem se discutido sobre o assunto mesmo nos cursos de Licenciatura, o que tem gerado a formação de diversos profissionais de Educação Física despreparados para atender à pessoa com deficiência no ensino regular, conforme prevê a LDB 9394/1996 que estabelece as diretrizes para a educação nacional.

RESULTADOS E DISCUSSÃO: O QUE NOS DIZEM OS DOCUMENTOS LEGAIS?

A partir da discussão teórica já realizada, propomos identificar nos documentos legais as garantias para o desenvolvimento de Educação Física Escolar destinada às pessoas com deficiência. O primeiro destes documentos que merece atenção é a Constituição de 1988 que estabelece a saúde como elemento basilar da seguridade social. No art. 194 destaca que deve-se garantir um “conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade destinado a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social”. Do mesmo modo, no art. 205, a Carta Magna prevê que “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988).

Em vista disso, a Educação Especial/Inclusiva apresenta-se como um avanço em torno da universalização do ensino e garantia da educação para todos, independentemente, da etnia, credo, crença, sexo, orientação sexual, ou pessoa com deficiência. A inclusão, nesse contexto, deve ser vista como elemento indispensável a efetivação dos princípios de igualdade e direito à educação e à saúde como elementos ligados à dignidade da pessoa humana. Desse modo, a Educação Física Adaptada apresenta-se como possibilidade teórico-prática de incluir os alunos



historicamente excluídos da disciplina de Educação Física, superando barreiras e promovendo acessibilidade para aqueles com deficiência.

Dando continuidade à análise documental, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9394/1996, discorre, no art. 26, parágrafo terceiro que “a educação física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular obrigatório da educação básica”. Por sua vez, o Decreto-Lei nº 1.044, de 21 de outubro de 1969, prevê o tratamento excepcional dos alunos em quaisquer níveis de ensino, os “portadores de afecções congênitas ou adquiridas, infecções, traumatismo ou outras condições mórbidas, determinando distúrbios agudos ou agudizados” (BRASIL, 1969).

Ao que nos parece, esse decreto trata a Educação Física numa perspectiva tradicional, ligada apenas às atividades esportivas e treinamento físico, sem levar em consideração aspectos ligados à adaptação curricular, tanto da disciplina quanto dos conteúdos, tampouco a Educação Especial e/ou Educação Inclusiva. Paradoxalmente, a LDB prevê que os alunos com deficiência devem, prioritariamente, ser inseridos em classes comuns do ensino regular.

Em vista disso, nos questionamos sobre as possibilidades de inserção desses diferentes sujeitos nas aulas práticas de educação física, pensadas, para além de um treinamento físico e esportivo, mas como educação para o corpo, para a saúde, para a vida social. Dessarte, salientamos também que, do ponto de vista prático, seria necessário o desenvolvimento de uma *práxis* pedagógica adaptada em diversos aspectos, isso no que se refere à Educação Física, o que nos leva a pensar as condições necessárias para que isso se materialize, tanto no que diz respeito à estrutura física das escolas, materiais e instrumentos adaptados, como também aos aspectos ligados à formações dos professores e profissionais da educação.

O tratamento excepcional previsto no Decreto-Lei nº 1.044, de 21 de outubro de 1969, prevê no art 2º que aos estudantes dispensados devem ser atribuídas atividades domiciliares “como compensação da ausência às aulas, exercício domiciliares com acompanhamento da escola, sempre que compatíveis com o seu estado de saúde e as possibilidades do estabelecimento” (BRASIL, 1969). Conforme pode-se perceber, o decreto analisado leva em consideração as condições do aluno com deficiência, assim como as possibilidades do estabelecimento escolar em acompanhar as atividades domiciliares.

Vale salientar que o Decreto-Lei nº 1.044/1969 foi homologado ainda no período da ditadura, o que traz à baila uma concepção de Educação Física Escolar militar, ligada ao treinamento físico e esportivo, suplantando perspectivas diversas de adaptação do currículo da disciplina às diversas especificidades dos estudantes. À vista disso, é de suma importância refletirmos sobre o papel da Educação Física Escolar Especial/Inclusiva e/ou da Educação



Física Escolar Adaptada, de modo que possamos garantir o direito à educação de todos e todas, sem distinção.

Toda essa discussão traz à baila uma concepção de Educação Física Escolar apenas como treinamento desportivo com um viés militar, estigmatizando aqueles que não atendem aos padrões físicos necessários ao desenvolvimento de determinadas práticas de treinamento desportivo e corporal. Isso aponta para os entraves que ainda enfrentamos na efetivação de uma educação verdadeiramente inclusiva, que, por sua vez, pressupõe, adaptação curricular e metodológica, formação de professores, aparato tecnológico, didático e material e, acima de tudo, acessibilidade, nas suas diversas perspectivas.

Sobre isso, as políticas públicas realmente comprometidas com a melhoria da qualidade de vida desses sujeitos, devem promover ações que objetivam romper com as diversas barreiras e promover o acesso à educação e à saúde, em especial, à Educação Física Escolar Especial e/ou à Educação Física Escolar Adaptada, expressões que se encontram no entremeio do direito à educação e à saúde, historicamente negados à pessoa com deficiência.

De acordo com o trabalho de Dischinger e Machado (2006), a acessibilidade deve ser compreendida sob diversas dimensões. Não adianta apenas o desenvolvimento de políticas de acessibilidade com foco na questão arquitetônica, discussão que ganhou espaço nas últimas décadas. Enquanto, por outro lado, questões de acessibilidade instrumental são sulplantadas.

Do mesmo modo, urge a necessidade de pensarmos questões de ordem programática e metodológica, como a oferta de curso de formação continuada para os professores que atuam na Educação Básica, além da necessidade urgente de (re)pensarmos o currículo do Ensino Superior, não apenas nos cursos de formação docente em Educação Física, demais cursos de licenciatura e cursos na área da saúde, de modo que possamos vencer o estigma e a exclusão da pessoa com deficiência, promovendo acessibilidade atitudinal.

Por fim, vale salientar que garantir acessibilidade se faz necessário em todos os contextos. Não podemos conceber qualidade de vida, educação e saúde pública de forma dissociada. Nesse sentido, diversos temas precisam ser colocados para discussão. Precisamos pensar, discutir e construir cidades, escolas e comunidades acessíveis e realmente inclusivas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando falamos em qualidade de vida da pessoa com deficiência não podemos deixar de considerar aspectos ligados tanto à educação como à saúde. No entremeio dessas duas áreas encontra-se a Educação Física Escolar como uma possibilidade teórico-prática de uma



educação humana integral, direcionada não apenas à “transmissão” do conhecimento produzido ao longo da história, mas na produção de um conhecimento sobre si, no desenvolvimento de um cuidado de si que extrapola a reprodução de conteúdos.

Tal cuidado de si, conforme escreve Foucault (2004), é processo fundamental para o entendimento do sujeito. Implica numa reflexão sobre si mesmo, sobre seu próprio corpo, sobre a saúde, sobre a educação corporal. Por outro lado, vale salientar que a Educação Física foi historicamente construída sob bases conceituais extremamente desportivas e porque não dizer militares, recebendo influência, inclusive, de decretos da época da ditadura militar iniciada com o golpe de 1964.

Os documentos analisados apontam para a saúde como direito de todos, conforme decreta a Carta Magna de 1988, e a educação como direito de todos os cidadãos brasileiros, como materializa a LDB. Paradoxalmente, a mesma LDB traz marcas de uma Educação Física baseada no treinamento desportivo, dispensando aqueles cujas características físicas e condições de saúde não se adequam aos padrões de normalidade. Em vista disso, as pessoas com deficiência são dispensadas das aulas práticas, conforme Decreto-Lei nº 1.044, de 21 de outubro de 1969.

Vale destacar que nos artigos 34 a 38 da Lei Brasileira da Inclusão (LBI) estabelecem que “a pessoa com deficiência tem direito ao trabalho, em igualdade de oportunidades com as demais, sendo proibida qualquer restrição em razão de condição, inclusive nas etapas de recrutamento, seleção, contratação, permanência no emprego, dentre outros”.

Em vista disso, nos perguntamos sobre a inclusão educacional desses sujeitos, sobre as possibilidades de uma Educação Física Adaptada e/ou Inclusiva, sobre a possibilidade de uma *praxis* pedagógica que leve em consideração as peculiaridades do sujeito e não suas limitações físicas. Por fim, não poderíamos deixar de apontar que o currículo não é algo dado e acabado, portanto, está sujeito às adaptações necessárias, levando em consideração as singularidades do sujeito e as diversas possibilidades de vivenciar e aprender sobre si, sobre o seu próprio corpo, através de uma Educação Física verdadeiramente inclusiva.

REFERÊNCIAS

ADAMS, R; DANIEL, A; Mc CUBBIN, J. Jogos, Esportes e Exercícios para o Deficiente Físico. São Paulo: **Manole**, 1985.

BASTOS, JRM; PERES, SHCS; RAMIRES I. Educação para a saúde. Porto Alegre: **Artmed**; 2003.



BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Promulgada em 5 de outubro de 1988.

BRASIL. Decreto-Lei nº 1.044, **dispõe sobre tratamento excepcional para os alunos portadores das afecções que indica**, de 21 de outubro de 1969.

BRASIL. Casa Civil. Lei de **Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, LDB. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. LEI Nº 13.146, Institui a **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência** (Estatuto da Pessoa com Deficiência), de 06 de julho de 2015.

DISCHINGER, M; MACHADO, R. Desenvolvendo ações para criar espaços escolares Acessíveis: Inclusão. **Revista da Educação Especial**, Secretaria de Educação especial. Brasília: SEE, v.1, n.1, p.14-17, jul//2006 .

FOUCAULT, M. A Ética do Cuidado de Si Como Prática da Liberdade. In: FOUCAULT, Michel. Ética, sexualidade, política. Rio de Janeiro: **Forense Universitária**, 2004.

STRAPASSON, Aline Miranda; CARNIEL, Franciele. A Educação Física na Educação Especial. Revista Digital - Buenos Aires - Año 11 - Nº 104 - **Enero** de 2007.

STRAPASSON, A. Apostila de Educação Física para Pessoas com Deficiência, da Faculdade de Pato Branco. Pato Branco, PR: **FADEP**, 2006/2007.

WINNICK. J.P. Educação Física e Esportes Adaptados. 3 ed. Barueri - SP: **Manole**, 2004.

MANTOAN. M. T. E. A Integração de Pessoas com Deficiência: Contribuição para uma reflexão sobre o tema. São Paulo: **Memnon**, 1997.

MAZZOTTA, M. J. S. Educação Especial no Brasil: História e Políticas Públicas. 4 ed. São Paulo: **Cortez**, 2003.

MITTLER, Peter. Educação Inclusiva – Contextos sociais. Porto Alegre: **Editora Artmed**, 2000.